

BOLETIM

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 32 – novembro/2016

Tudo pronto para a XIV Reunião Plenária da Enccla



O aplicativo, um dos resultados da Ação 2/2016, foi lançado no dia 17 de novembro

A última reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Enccla em 2016, realizada em 10 de novembro, foi decisiva para finalizar os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano e também para a aprovação das propostas de ação que serão levadas a debate na Reunião Plenária, que ocorre de 28 de novembro a 2 dezembro.

O ano de 2016 foi marcado por grande empenho dos grupos de trabalho. Ao todo, foram realizadas mais de 70 reuniões para o desenvolvimento e consolidação das Ações de 2016, além de dois seminários no âmbito das Ações 4 e 7, afora as reuniões preparatórias para a Enccla 2017. O resultado desse trabalho foi consolidado nos relatórios finais das Ações – todos

já entregues –, que serão objeto de aprovação na Plenária, e especialmente nos respectivos produtos, que deverão ser de grande valia para a sociedade.

Um desses produtos deriva da Ação 2/2016. No último dia 17, no Fórum das Transferências Voluntárias, foi lançado o aplicativo 'As Diferentonas', resultado do concurso público *Hackathon de Participação no Combate à Corrupção*. O concurso foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça e Cidadania, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Mais de 50 equipes de programadores e designers de todo o país participaram e três projetos foram selecionados para a fase final. A equipe vencedora explicou que a ideia foi dar aos cidadãos a capacidade de utilizar os dados abertos do Siconv (Sistema de Convênios do Governo Federal) e comparar a execução dos investimentos federais nos diferentes estados e municípios. O aplicativo está disponível para download no seguinte endereço: <http://portal.convenios.gov.br/aplicativo-as-diferentonas>. Em fevereiro de 2017, a ferramenta estará também disponível nas lojas virtuais.

Ainda no processo de encerramento dos trabalhos de 2016 e entrada em marcha dos trabalhos para 2017, a Secretaria Executiva convidou os integrantes das Ações do ano que finda a preencher **formulário online de avaliação das atividades da Enccla 2016**. O objetivo é identificar oportunidades para evolução da gestão da Estratégia, com vistas a torná-la mais propícia à contribuição dos participantes e mais efetiva para a sociedade. Para tanto, é importante que todos os integrantes de Ações da Enccla em 2016 respondam a pesquisa até o próximo dia 25 de novembro, a fim de que seja possível levar os resultados à Plenária e que eles tenham ressonância já na decisão sobre as Ações a serem executadas em 2017. O link para o formulário de avaliação foi enviado a todos os participantes das Ações no último dia 18 de novembro, via e-mail.

Secretaria Executiva



Enccla – Agenda

- 28/11 a 02/12/2016 – XIV Reunião Plenária da Enccla. Local: Natal/RN.

Conheça as Ações Enccla 2016

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*



AGU participa da rede de controle de gestão pública em combate à corrupção



A Rede de Controle de Gestão Pública se reuniu na manhã desta quarta-feira 26.10, no Tribunal de Contas do Estado do Pará, para aprovação da Resolução nº 01/2016, que dispõe sobre recomendações quanto aos procedimentos administrativos vinculados à transição entre as prefeituras do estado do Pará.

Visando a dar maior lisura ao processo de sucessão político-administrativa, no âmbito municipal, a AGU, por meio de representante da Coordenação do Proativo da Procuradoria da União no estado do Pará, participou da conclusão e assinatura da primeira Resolução da rede de Controle.

A Resolução é parte, essencialmente, de um conjunto de ações contra a corrupção, pois se baliza no planejamento, na transparência e no controle da ação pública. Conforme pontuou o Exmo. Presidente da Corte de Contas do Estado do Pará, Dr. Luís Cunha: "somente uma ação conjunta contra a corrupção pode garantir medidas relevantes e concretas em favor da sociedade". A relatora da Resolução, a conselheira substituta Milene Cunha destacou o papel da rede nesse momento de transição nos municípios, pois o principal objetivo é orientar os prefeitos eleitos, bem como os que vão deixar o cargo, para que criem uma comissão de transição, "a fim de que o novo prefeito se aproprie das informações que possibilitem a continuidade administrativa e das ações do poder público municipal".

O secretário do TCU, regional Belém, Arildo Oliveira, observou que um dos principais objetivos da rede é o compartilhamento da base de dados das instituições participantes, tornando muito mais ágil o controle, "pois a ação de controle e combate à corrupção não tem sentido se o resultado não for um benefício maior que o custo para a população", finalizou. A participação da PU/PA na Rede de Controle de Gestão Pública é fundamental para o fortalecimento do Grupo Proativo da instituição, em comunicação com os demais órgãos de controle, para uma atuação efetiva no combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

Após aprovada a Resolução nº01/2016, seu texto integral com as respectivas assinaturas foi encaminhado pelo Secretário Geral da Rede e pelo Ministério Público Estadual, possibilitando a maior publicidade possível entre os novos Prefeitos e os sucedidos. Contudo, é necessária a participação de toda a sociedade no controle da gestão pública. É preciso denunciar as irregularidades na sua cidade por meio do link: <http://www.agu.gov.br/ouvidoria>.

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

Alvo da Lava Jato é preso na Espanha

O advogado Rodrigo Tacla Duran é investigado como um dos operadores das offshores criadas pelo "departamento de propina da Odebrecht".

Rodrigo Tacla Duran, advogado apontado como um dos operadores das offshores criadas pelo "departamento de propina da Odebrecht", foi preso em Madri na última sexta-feira (18/11) por autoridades espanholas. Segundo noticiou o portal Terra

(19/11), o alvo da Lava Jato, chefiada pelo Delegado Federal Márcio Anselmo, foi encontrado após o Escritório Central da Interpol em Brasília ter acionado a representação da Polícia Federal na Espanha.

De acordo com a PF, o advogado movimentava recursos originários de operações fraudulentas entre empreiteiras e empresas com sedes no Brasil, envolvendo funcionários da Petrobras e executivos.

"Após as comunicações oficiais, deverá ser iniciado o processo para que seja trazido ao Brasil, a fim de que possa responder pelos crimes", disse à Polícia Federal.

Duran fazia parte da lista de procurados internacionais da Polícia Internacional (Interpol) e era considerado foragido da Justiça Brasileira. Antes de seguir para a Espanha em voo comercial na terça-feira (15/11), ele estava nos Estados Unidos.

Fonte: Ascom ADPF

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

Delegados Federais farão curso em Roma sobre combate à corrupção



A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), em acordo de cooperação com a Universidade de Roma Tor Vergata, oferece o curso sobre 'Combate ao Crime Organizado "máfias, corrupção e terrorismo"'. As inscrições para a turma que começa em maio de 2017 poderão ser feitas durante o mês novembro deste ano.

Realizado na Itália entre os dias 1º e 12 de maio, o curso é voltado para a experiência italiana no combate ao crime organizado e os participantes podem acompanhar temas como introdução ao código antimáfia, a lavagem das organizações criminais e cyber-crime. As aulas serão ministradas em italiano com tradução simultânea para o português e incluem visitas institucionais à Universidade de Roma.

A ADPF e a Universidade Tor Vergata mantém parceria desde 2014, com a primeira turma formada em 2015. Para o Delegado Federal Sérgio Eduardo Busato, que esteve entre os primeiros participantes, "as aulas são ministradas por profissionais que participaram do processo de combate ao crime organizado na Itália, o que o torna muito produtivo". Além disso, Busato ressalta que a fácil acessibilidade e a troca de experiência entre os profissionais de vários estados brasileiros enriquecem a formação.

Para participar, os inscritos devem pagar a passagem e hospedagem, que podem variar de 2.650 e 3.400 euros. Os valores podem ser divididos em duas parcelas - a primeira em novembro deste ano e a segunda em março de 2017.

Além da formação, os participantes recebem pernoites durante o período do curso no Hotel da Universidade com café da manhã, 02 jantares (boas vindas e despedida), curso de 60 horas certificado pela Universidade de Roma Tor Vergata, visitas institucionais com transfer diário, tradução simultânea e material didático para auxiliar nos estudos, entre outros.

Os interessados no curso 'Combate ao Crime Organizado "máfias, corrupção e terrorismo"' devem entrar em contato com a ADPF pelo e-mail deborah@adpf.org.br.

ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

Acordo assinado entre TCE-RO e CGU-RO foca o controle social e o combate à corrupção



Com prazo de vigência por tempo indeterminado, foi assinado nesta terça-feira (8) termo de cooperação técnico-operacional entre o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO) e a Controladoria-Geral da União – Regional Rondônia (CGU-RO), órgão federal que integra o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC).

Participaram da assinatura do termo, o conselheiro presidente Edilson de Sousa Silva e o chefe da CGU em Rondônia, João Mourão Mendes. O ato foi realizado no auditório do TCE-RO, dentro da programação do Seminário de Transição de Governo Municipal, evento promovido pela Corte de Contas.

Segundo o acordo de cooperação, as duas instituições se comprometem em conjugar esforços visando, primordialmente, o desenvolvimento de projetos e ações que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para o incremento de ações de ouvidoria e corregedoria públicas, para a promoção da transparência e da ética pública, bem como o fomento do controle social e o aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão pública.

O termo estabelece que, ao longo de sua vigência, o Tribunal de Contas e a Controladoria-Geral da União em Rondônia promovam uma série de ações, entre as quais, a troca de informações, documentos, ferramentas tecnológicas, experiências e conhecimentos, objetivando o desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.

Nesse sentido, contempla, entre outros aspectos, a participação de servidores em cursos ou treinamentos realizados tanto pelo Tribunal quanto pela CGU-RO, além da designação de técnicos para a realização de trabalhos correlatos.

Controle Social

Outro foco importante do acordo assinado pelos dois órgãos é o controle social, ou seja, o exercício pela população da fiscalização dos gastos públicos. Para tanto, o TCE-RO e a CGU-RO devem, segundo o termo, promover a divulgação de boas práticas na administração pública, utilizando-se de meios comunicacionais institucionais, como portal na internet, mídias sociais, periódicos, rádios, jornais e TVs, entre outros.

Ainda nesse sentido está previsto o apoio mútuo dos órgãos na elaboração e distribuição de materiais didáticos destinados ao público alvo das ações de estímulo ao controle social e ao fortalecimento da gestão pública rondoniense.

Fonte: www.atricon.org.br

Controladoria- Geral da União – CGU

Evento discutiu direito à informação, transparência e participação cidadã na América Latina



Entre os dias 9 e 11 de novembro, a Ouvidoria-Geral da União (OGU) - área do Ministério da Transparência (CGU) - participou do XII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), no Equador. Na ocasião, também foi realizado o V Encontro Internacional sobre Acesso à Informação. Os eventos buscaram a troca de experiências, entre diversos órgãos e representantes da América Latina, sobre direito à informação, transparência nos processos eleitorais, participação do cidadão pelas mídias sociais e direito à privacidade.

A Ouvidoria apresentou os últimos avanços na experiência de acesso à informação no Brasil, além dos resultados obtidos no cumprimento da Lei de Acesso. Para Gilberto Waller Junior, ouvidor-geral da União, a realização do encontro consolida o espaço como principal fórum de discussão sobre acesso à informação na América Latina. "Para além das discussões, a RTA tem nos trazido frutos importantes, tanto na criação de modelos regionais de indicadores de transparência quanto em temas como gestão documental e troca de jurisprudência", completa.

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União possui papel importante na fiscalização e disponibilização do acesso à informação no país, ao monitorar a aplicação da lei e atuar como instância recursal dos processos no âmbito do Poder Executivo Federal. Desde o início da vigência, o Governo Federal já recebeu mais de 430 mil pedidos de acesso. Desses, 1,3% resultaram em recursos à CGU. O órgão analisa 59% dos recursos interpostos e reforma total ou parcialmente a decisão recorrida em 60% dos casos.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Novas regras para combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Audiência pública propõe substituição de norma sobre o tema no mercado de valores mobiliários

17/11/2016 - A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) coloca em audiência pública hoje, 17/11/2016, minuta de instrução que pretende substituir a Instrução CVM 301. O documento apresenta inovações refletindo as melhores práticas atualmente implementadas nos principais mercados mundiais.

"O objetivo é atualizar as disposições da norma estabelecendo regras que procuram alinhar o arcabouço regulatório da CVM às recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e aos compromissos assumidos junto à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)", informou o superintendente de desenvolvimento de mercado (SDM), Antonio Berwanger.

Dentre as inovações propostas, destacam-se:

- o estabelecimento da Abordagem Baseada em Riscos (ABR) na prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo. O intuito é otimizar os recursos humanos, materiais e de informação das pessoas obrigadas pelo art. 2º da Minuta no sentido de permitir o gerenciamento eficaz das atividades desenvolvidas no processo de identificação, monitoramento, análise, e mitigação de riscos na condução de seus negócios;
- o balizamento da implantação da ABR por parte dos segmentos regulados pela CVM com a previsão de que as instituições elaborem uma avaliação interna de riscos e uma política de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT);
- a previsão de designação de dois diretores distintos para o cumprimento das obrigações, reforçando a importância da figura dos controles internos na organização;
- aprimoramentos no processo de identificação do cliente contemplando flexibilização nos prazos de atualização cadastral, conceituação de beneficiário final e definição de diligências devidas pelas instituições para tal identificação; e
- aprimoramento das hipóteses de comunicação de operações suspeitas.

A norma prevê ainda a realização de análise individualizada em caso de detecção de alguma atipicidade quando do monitoramento das operações. A comunicação do fato ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) será condicionada à verificação de que as informações disponíveis são consistentes e suficientes para embasar tal reporte. Cabe ressaltar que a Autarquia possui um núcleo de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, componente organizacional ligado à Superintendência Geral (SGE).

Sugestões com relação à minuta devem ser encaminhadas à Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM) pelo endereço eletrônico audpublicaSDM0916@cvm.gov.br até 16 de janeiro de 2017.

Para mais informações, acesse o [edital de audiência pública](#) e confira a minuta de instrução.

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

Enccla se reúne em preparação para reunião plenária anual



Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) reuniu-se para finalizar o material que será a base para discussão na XIV Reunião Plenária da Enccla

Brasília, 10/11/16 - Nesta quinta-feira, 10/11, foi realizada a quinta reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O material resultante do encontro será a base para discussão na XIV Reunião Plenária da Enccla, que ocorrerá de 28 de novembro a 2 de dezembro, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Na reunião, a Secretaria Executiva apresentou aos membros do GGI as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pelos grupos que trabalharam no desenvolvimento das 13 Ações de 2016. Os respectivos resultados serão submetidos a aprovação na Reunião Plenária.

O grupo também consolidou as propostas de ações para desenvolvimento em 2017. Neste ano, mais de 60 propostas foram encaminhadas à Secretaria Executiva da Enccla, aproximadamente metade delas oriunda dos movimentos estaduais de combate à corrupção e da sociedade civil. As propostas em análise envolvem diversos temas, como a estruturação dos sistemas de controle interno e da advocacia pública nos estados e municípios, o conflito de interesses e o incremento da eficácia da persecução criminal.

Diferentes conhecimentos vêm sendo construídos numa coalizão interinstitucional focada na busca conjunta de soluções e no enfrentamento aos constantes desafios com os quais a sociedade depara no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Ao longo desses quatorze anos de existência, a ENCCLA tem se mostrado um ambiente multidisciplinar e propício ao debate, superação de controvérsias, pactuações e alinhamento estratégico da atuação do Estado nesta temática.

Assessoria de Comunicação Social

imprensa@mj.gov.br

Foto: Divulgação/MJC

MJC - Ministério da Justiça e Cidadania

MJC lança aplicativo que permite a fiscalização de gastos públicos

A ferramenta traduz dados abertos do governo para uma linguagem mais acessível ao cidadão

Brasília, 17/11/16 – “Minha cidade recebe mais ou menos recursos que a cidade vizinha?”. “Esses recursos estão sendo bem aplicados?”. Com o aplicativo “As Diferentonas”, lançado nesta quinta-feira, 17, o cidadão poderá responder a essas perguntas e fiscalizar os investimentos na sua região, comparando os dados entre cidades semelhantes. As informações virão do Portal da Transparência, do Portal de Dados Abertos e do Portal de Convênios (Siconv).

A ideia de traduzir os dados sobre investimentos federais para uma linguagem mais acessível partiu do Ministério da Justiça e Cidadania, em parceria com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. De acordo com Carolina Yumi, diretora adjunta do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), o cidadão terá acesso aos dados de transferências voluntárias do governo, traduzidos em uma linguagem mais acessível, e poderá escolher e comparar os dados que entender mais úteis para a fiscalização da gestão pública.

O desenvolvimento do sistema ficou a cargo de um grupo de professores, pesquisadores e alunos universitários de Campina Grande (PB) que ganhou o concurso lançado pelo Ministério da Justiça e Cidadania a partir de uma ação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que tem como alguns de seus pilares fundamentais a transparência, a participação social e o uso da tecnologia.

O concurso

O aplicativo é resultado de concurso lançado pelo governo federal, com a participação da sociedade civil, chamado Hackathon de Participação no Combate à Corrupção. Mais de 50 equipes de programadores e designers de todo o país participaram. Três projetos foram selecionados para a fase final. A equipe vencedora explicou que a ideia foi dar aos cidadãos a capacidade de comparar os investimentos entre estados, cidades e municípios.

De acordo com secretário Nacional de Justiça e Cidadania, Gustavo Marrone, esse modelo de concurso inova em vários aspectos. “Em regra, o desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação no governo federal ocorre dentro da

administração pública e a sociedade não participa da sua construção. O Hackathon, contudo, inverteu essa lógica. Ele propôs desafios à sociedade e premiou as melhores ideias”, disse.

A ferramenta está disponível para download no seguinte endereço: <http://portal.convenios.gov.br/aplicativo-as-diferentonas>

Em fevereiro de 2017, a ferramenta estará também disponível nas lojas virtuais.

*Assessoria de Comunicação Social
imprensa@mj.gov.br*

MPF – Ministério Público Federal

Corrupção Internacional: MPF e CVM fecham acordo com Embraer

Acordo prevê ampla colaboração da companhia em processos e investigações em curso

O Ministério Público Federal (MPF) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) celebraram termo de compromisso e ajustamento de conduta com a Embraer S/A com a finalidade de dar tratamento jurídico adequado, na esfera de atribuições e competências de cada instituição, à prática, pela empresa, de corrupção transnacional, lavagem de ativos e falsa contabilidade no contexto da venda de aeronaves de sua fabricação para organismos e empresas estatais da República Dominicana, da Arábia Saudita e de Moçambique. O termo alcança, ainda, condutas correlatas no contexto da venda de aeronaves para organismo estatal da Índia.

O termo foi subscrito pelo procurador da República Marcello Miller e pelo Presidente da CVM, Leonardo Porciúncula Gomes Pereira. Depois disso, foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ. Antes de sua assinatura, foi aprovado pelo Colegiado da CVM.

As tratativas do termo de compromisso e ajustamento de conduta foram conduzidas pelas autoridades brasileiras em coordenação com o Departamento de Justiça (Department of Justice) e a Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) dos EUA, que também celebraram acordos com a Embraer S/A. A coordenação entre as autoridades dos dois países, preservada a independência e a autonomia de cada uma delas, foi relevante para o resultado final.

Pelo termo de compromisso e ajustamento de conduta, aqui disponível, a Embraer S/A admite as condutas nele descritas e se obriga a colaborar amplamente com o Ministério Público Federal e a Comissão de Valores Mobiliários na investigação e na persecução, nas esferas criminal e administrativa sancionadora, dessas condutas em sua dimensão individual. A colaboração incluirá:

- (a) exposição pormenorizada da investigação interna conduzida pela companhia ao MPF e à CVM, com acesso integral aos elementos obtidos nessa investigação e a todos os elementos em poder da companhia que as autoridades brasileiras entenderem úteis ao exercício de suas atribuições, sem se limitar ao que tiver sido ou for entregue a autoridades estrangeiras;
- (b) indicação, pela companhia, de duas pessoas para prestar depoimento, como testemunhas, em quaisquer processos ou procedimentos de atribuição do MPF ou da CVM, capazes de confirmar os fatos descritos no termo de compromisso e ajustamento de conduta, sem prejuízo de as autoridades brasileiras tomarem o testemunho de quaisquer outras pessoas;
- (c) apresentação às autoridades brasileiras de todos os relatórios e informações que vierem a ser apresentados em programa de monitoramento a que a companhia tenha de se submeter por força de acordos com autoridades estrangeiras.

O termo prevê, ainda, a possibilidade de que a Embraer S/A apresente ao MPF empregados e contratados seus que tenham participado com menor importância dos fatos e desejem tornar-se colaboradores. Caberá ao MPF, nesse caso, analisar a situação de cada um e decidir sobre a colaboração.

Pelo termo de compromisso e ajustamento de conduta, a Embraer S/A obriga-se a pagar R\$ 64 milhões, integralmente destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça. Esse pagamento tem por finalidade desfazer o enriquecimento ilícito da companhia e reparar os danos difusos para as estruturas do mercado de capitais advindos das práticas descritas no termo, sem alcançar interesses de natureza diversa.

O valor pactuado considerou a margem líquida de lucro, calculada segundo critérios utilizados no Brasil e em vários outros países, do conjunto dos quatro contratos abrangidos pelo termo. Levou em conta, ainda, a contingência de que a coordenação de tratativas entre autoridades brasileiras e norte-americanas não se limita ao caso da Embraer S/A.

O termo de compromisso e ajustamento de conduta estabelece, para o MPF, as seguintes obrigações:

(a) arquivar inquérito civil público instaurado para apurar as condutas descritas no termo;

(b) não propor, em desfavor da Embraer S/A, ação civil pública ou de improbidade administrativa sobre as condutas descritas no termo;

(c) a requerer a juntada do termo aos autos de ação penal em curso, que tem por objeto as condutas relativas à República Dominicana, desistindo de pedido de sequestro que nela havia formulado;

(d) pedir, em ação de improbidade administrativa porventura proposta por outra instituição, que a sentença tenha efeitos meramente declaratórios.

Para a CVM, o termo cria a obrigação de arquivar, relativamente à companhia, inquérito e processo administrativo instaurados para apurar, em sua esfera de competência, as mesmas condutas.

O MPF e a CVM obrigam-se, por fim, conjuntamente, se a Embraer S/A solicitar, a levar o termo ao conhecimento de quaisquer outras instituições públicas e de empreender gestões para que todos os seus aspectos sejam levados em conta em quaisquer procedimentos ou decisões pertinentes aos fatos nele abrangidos, inclusive para fins de compensação de débitos.

O termo de compromisso e ajustamento de conduta constitui solução jurídica capaz de delimitar a exposição da Embraer S/A à atuação do MPF e da CVM e de proporcionar acervo de provas de elevado valor para os processos penal e administrativo e as investigações criminais e administrativas em curso e por serem instauradas. O próprio termo, na medida em que veicula admissão dos fatos pela companhia, constitui relevante aporte probatório inicial.

O MPF agradece o trabalho conjunto até aqui desenvolvido com seus interlocutores nacionais e estrangeiros, em especial, na CVM, ao Superintendente Geral, Alexandre Pinheiro dos Santos, e à Procuradora-Chefe, Julya Sotto Mayor Wellisch; no Departamento de Justiça dos EUA, ao Procurador Daniel Kahn, Chefe da Seção de Fraude, e ao Procurador Jason Linder, responsável direto pelo caso; e na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, à Chefe da Unidade de FCPA, Kara Brockmeyer, ao Diretor Regional Assistente da Unidade de FCPA Thierry Desmett e ao Procurador da Unidade de FCPA Ernesto Palacios.

[Veja aqui a íntegra.](#)

*Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
Tels: (21) 3971-9460/ 9488
www.prrj.mpf.mp.br
twitter.com/MPF_PRRJ*

RFB - Receita Federal do Brasil

Operação Lava Jato: Receita Federal participa de nova cerimônia para devolução de valores à Petrobrás

Trata-se da terceira cerimônia de devolução de recursos para a Petrobras realizada no âmbito da operação até o momento, com o maior valor envolvido.

Como destacou o procurador da república e coordenador da força-tarefa Lava Jato, Deltan Dallagnol, "jamais houve uma recuperação de ativos tão grande na história do Brasil e isso se deve ao trabalho que vem sendo desenvolvido dentro da Lava Jato, com o uso de técnicas inovadoras e eficientes de investigação e atuação conjunta entre todos os órgãos envolvidos".

O montante devolvido se refere a 21 acordos fechados com a força-tarefa, sendo 18 de colaboração premiada com pessoas físicas e 3 acordos de leniência com pessoas jurídicas.

O trabalho da Receita Federal nas investigações foi mais uma vez reconhecido e enaltecido, sendo representada na cerimônia pelo auditor-fiscal da Receita Federal Roberto Leonel de Oliveira Lima, chefe do Escritório de Pesquisa e Investigação na 9ªRF. De acordo com ele, "o Brasil está passando por uma grande assepsia".

A cerimônia contou ainda com a participação da procuradora-chefe do órgão, Paula Cristina Conti Thá, do coordenador da força-tarefa da operação em Curitiba, o procurador da república Deltan Martinazzo Dallagnol, da diretora do foro da Seção Judiciária do Paraná, Gisele Lemke, do delegado de Polícia Federal, Maurício Moscardi Grillo, além do presidente da Petrobras, Pedro Parente, e integrantes de outras instituições. Os participantes, em ato simbólico, firmaram um Termo de Restituição de Valores.



Este boletim é diagramado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla.
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania - Ministério da Justiça e Cidadania
Contato: comunica.enccla@mj.gov.br ou 61 2025-8900